

EXTRATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Tecnologia e Sustentabilidade

Nicholas Allain Saraiva- ONG Pivot MA e Universidade de Brasília/UnB – nicholas@pivot.org.br
Érika Fernandes-Pinto- IBAMA – erikalencois@yahoo.com.br

Resumo

Paulino Neves situa-se na região dos Lençóis Maranhenses, numa zona de transição entre os biomas Amazônico, Caatinga e Cerrado. A população, essencialmente rural, conjuga atividades de lavoura de subsistência, criação de pequenos animais, pesca artesanal e extrativismo de produtos vegetais – principalmente da fibra do buriti para o artesanato. A situação de pobreza da população local, a baixa perspectiva de mudança frente ao atual paradigma mercadológico e os impactos ambientais que assolam os buritizais, exigem uma ação imediata. A Economia Solidária surge neste contexto como uma importante alternativa para aliar o desenvolvimento com valorização dos aspectos socioculturais e ambientais. Economia Solidária e extrativismo são dois conceitos complexos e com alto potencial de sustentabilidade na região, que associados ao artesanato do buriti trazem a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento para as populações rurais dos Lençóis Maranhenses, proposta que a ONG Pivot vem desenvolvendo através do projeto Olho Vivo.

Palavras-chave: Buriti; Extrativismo; Conservação Ambiental; Artesanato; Economia Solidária

1. Introdução

O Município de Paulino Neves situa-se na região dos Lençóis Maranhenses, na parte oriental do Estado do Maranhão a cerca de 310 km da capital, São Luis. O acesso ao município se dá através da MA-405 que vai até Barreirinhas e a partir daí são cerca de 40 km de trilhas na areia, onde só trafegam veículos com tração.

O clima da região é classificado como sub-úmido seco e apresenta médias de temperatura anuais de 26°C e pluviosidade de 1.750 mm com duas estações bem definidas, uma chuvosa (de janeiro a julho) e uma seca (de agosto a dezembro). A sazonalidade das chuvas, aliado ao solo extremamente arenoso, salino e friável faz com que a região seja considerada área sujeita à desertificação (ASD) (MMA, 2004) e estar inserida dentro da região de ação da ASA (Articulação para o Semi-Árido).

O município possui uma área de 979 Km² e encontra-se inserido parcialmente em três Áreas de Proteção Ambiental (duas APAs Estaduais e na APA Federal do Delta do Parnaíba) e em parte do território está proposta a criação de uma Reserva Extrativista.

A região insere-se numa zona de transição entre diferentes os biomas Amazônico, Caatinga e Cerrado, incluindo um mosaico de ecossistemas como praias, restingas, campos de inundação, campos de dunas livres e fixas, manguezais, veredas e extensas áreas de cerrado.

A fragilidade dos ecossistemas, aliada à ausência de informações técnicas e científicas sobre a sócio-biodiversidade local, fizeram com que a região fosse considerada de “extrema importância e prioridade para a conservação do cerrado”, no mapeamento de áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, **onde** a ação prioritária sugerida foi a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (MMA, 2007).

Permeando este rico mosaico de ecossistemas está distribuída uma população predominantemente rural de cerca de oito mil moradores, espalhada em todo o território em 132 localidades. A infra-estrutura básica na maioria destas localidades é precária. Menos de 6% delas tem acesso à serviço de energia elétrica, nenhuma é assistida por rede de abastecimento ou tratamento de água, saneamento ou coleta de resíduos sólidos. O acesso às localidades é difícil, através de trilhas nas areias que permeiam a vegetação e que podem ficar intratáveis em parte do ano (SARAIVA *et al.*, 2006).

A população nestes povoados conjuga atividades de lavoura de subsistência, criação de animais, pesca artesanal, extrativismo de produtos vegetais e artesanato. Na atividade agrícola, destacam-se as roças de mandioca para produção de farinha, principal base da economia local. Na atividade artesanal destacam-se os produtos confeccionados a partir da fibra da palmeira buriti (*Mauritia flexuosa* - família Arecaceae). Estas duas atividades são praticadas em todos os povoados do município de Paulino Neves e em quase todos da região. Enquanto a roça de mandioca é uma atividade que ocupa considerável tempo de toda a família, inclusive dos jovens, crianças e mulheres, o artesanato do linho do buriti é praticado quase que exclusivamente pelas mulheres (SARAIVA *et al.*, 2006).

O município apresenta uma população rural historicamente relacionada com sua área, caracterizada por manter uma grande integração com os ecossistemas naturais circundantes e uma forte interação com a fauna e flora nativa (FERNANDES-PINTO & SARAIVA, 2006a, 2006b; SARAIVA & FERNANDES-PINTO, 2006).

A renda familiar média na zona rural não atinge meio salário mínimo e a aposentadoria dos idosos é uma das principais fontes de renda monetária para muitas famílias. Os empregos formais são raros e na sua grande maioria estão vinculados ao poder público local. A base da alimentação é a farinha de mandioca, complementada por feijão, peixe ou carne e o consumo de verduras é baixíssimo (SARAIVA *et al.*, 2006).

Paulino Neves figura entre os municípios mais pobres do Brasil, o que pode ser comprovado pelo baixo índice de desenvolvimento humano – IDH = 0,58, que está entre os dez mais baixos do país - e de desenvolvimento infantil – IDI = 0,42 (MARANHÃO, 2003). A região do Semi-Árido, onde se localiza este município, apresenta também os piores índices nacionais de pobreza e concentração de renda¹. Estes aspectos, associados à exclusão social e falta de investimentos em

políticas públicas sociais e ambientais, refletem diretamente na violação de direitos básicos, como o acesso à saúde e à educação de qualidade. (SARAIVA et al., 2006).

A baixa renda familiar e a falta de acesso a serviços e assistências sociais básicas, aliados a fatores como baixa auto-estima e expectativa de futuro e desinformação da população geral contribuem para os altos índices de desnutrição infantil, de doenças de “terceiro mundo” - como verminoses e diarreias - e de evasão escolar (SARAIVA et al., 2006).

Considerada uma das palmeiras mais abundantes do país, o buriti ocorre em toda a Amazônia, Brasil Central, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e São Paulo nas áreas baixas de florestas abertas e fechadas, sobre solos mal drenados, brejosos ou inundados (LORENZI et al., 2004).

Nos Lençóis Maranhenses o buriti pode ser considerado a espécie-símbolo de toda a região. Presente abundantemente em todas áreas de solo hidromórfico e margens de rios, brejos, vargens ou veredas, os buritizais são reconhecidos pela população local por sua importância como fonte de alimento, abrigo e renda e pelo uso múltiplo de praticamente todas as suas partes². Destacam-se principalmente o uso das folhas secas (“palha”) para cobertura de casas e outras construções; dos frutos para doces e sucos e dos brotos das folhas jovens para extração das fibras usadas no artesanato (SARAIVA et al., 2006).

Os buritizais têm também um papel fundamental no equilíbrio dos ecossistemas locais, por possuírem características singulares de manter a umidade do solo e auxiliar na manutenção dos corpos hídricos, principalmente nas épocas secas. Desta forma, também evitam o assoreamento dos rios e servem como local de habitat, abrigo e fonte de alimento para uma ampla diversidade de fauna associada (FERNANDES-PINTO & SARAIVA, 2006c). Os buritizais são ainda essenciais para suprir a maior necessidade social existente em qualquer povoação humana - a água. No saber local, onde há buritis, há água. Utilizando-se deste mesmo princípio, onde se extinguem os buritizeiros há visível diminuição na oferta hídrica.

Nos últimos anos uma série de transformações na realidade regional têm levado a uma sobre-exploração dos buritizais, que sofrem muitas pressões e impactos negativos, gerando a necessidade de uma adequação das práticas de manejo e de controle da atividade.

2. Objetivos e Metodologia

Diante deste contexto, o presente trabalho objetiva analisar a realidade local quanto a aspectos da cadeia produtiva do extrativismo e artesanato da fibra do buriti e o estado de conservação dos buritizais na região, avaliando como os preceitos da economia solidária poderiam estar promovendo uma mudança do quadro da realidade sócio-ambiental regional.

Para tanto foram realizadas pesquisas em fontes secundárias, entrevistas e reuniões em comunidades, com artesãs e coletores de buriti, lideranças comunitárias e poder público local, além de excursões na zona rural do município e nas áreas de ocorrência de buritizais.

O trabalho de campo permitiu que se identificassem, além das potencialidades, os entraves, as necessidades e desafios existentes no sistema atual. Com a pesquisa teórica, foi possível estabelecer alguns dos referenciais para a busca de melhoria do quadro geral e de um desenvolvimento regional compatível com a realidade.

3. Análise dos Resultados

O contexto atual da atividade artesanal a partir da fibra do buriti

O diagnóstico realizado pela PIVOT em junho de 2006, identificou que o artesanato de buriti é praticado em 100% dos povoados do município de Paulino Neves, constituindo-se na terceira maior fonte de renda da população local - atrás apenas da produção da farinha de mandioca e auxílios governamentais como aposentadoria, bolsa família, bolsa escola (SARAIVA *et al.*, 2006).

O artesanato do linho do buriti, da maneira como é praticado na região gera um produto extremamente fino e delicado, de traços marcantes e identificadores da cultura que se desenvolveu em torno desta palmeira nos Lençóis Maranhenses, sendo único no Brasil.

A fibra do buriti é chamada de “linho” na região dos Lençóis Maranhenses e para sua obtenção são coletados os brotos das folhas jovens - chamados de “olho”. A coleta dos “olhos” pode ser realizada por membros de toda a família. Mulheres e crianças geralmente coletam das palmeiras jovens, enquanto a coleta nas palmeiras altas é feita exclusivamente por homens.

A coleta de “olhos”, se mal manejada, pode exercer uma grande pressão sobre os recursos e levar as palmeiras à morte. FERNANDES-PINTO (2006) identificou na região de Barreirinhas – cidade vizinha a Paulino Neves - uma situação crítica de sobre-exploração dos buritizais e quinze atividades que geravam impactos negativos diretos nestas áreas.

A partir da coleta do “olho”, a atividade envolve uma série de etapas, que são realizadas quase exclusivamente pelas mulheres. Para a maior parte das mulheres do município, o artesanato do linho do buriti representa uma das únicas fontes de renda.

Apesar da imensa gama de produtos que podem ser feitos e confeccionados a partir do linho do buriti (bolsa, sacola, carteira, rede, jogo americano, etc.), nos povoados do Município de Paulino Neves a produção limita-se aos chamados “tapetes” e “mamucabos”. Os tapetes consistem de esteiras de linho de mais de dois metros quadrados que são a base para a produção das peças finais como bolsas, sacolas, carteiras e outros produtos que possuem valor agregado muito mais elevado. O mamucabo é uma fita fina e comprida feita de linho trançado – também chamado de “cintos” – usado no acabamento dos produtos finais.

A comercialização da produção se dá principalmente através de intermediários ou “atravessadores” – que buscam a produção diretamente nos povoados ou nos pequenos comércios das sedes municipais de Barreirinhas e Paulino Neves. De acordo com o diagnóstico realizado pela PIVOT em 2006, um tapete de 2,4m² era comprado das artesãs por R\$3,50 e o mamucabo, a R\$0,80 o

metro. Por outro lado, alguns produtos finais como bolsas e sacolas chegam a valer mais de R\$50,00 nos mercados externos (SARAIVA *et al.*, 2006).

Nos povoados são poucas as mulheres que detêm a habilidade de trabalhar a matéria-prima até o seu produto final e, quando o sabem, não têm como praticar e difundir as técnicas por falta de equipamentos básicos - como máquinas de costura e tesouras - ou por falta de tempo, já que precisam cuidar dos filhos e de todos os serviços domésticos, além de também ajudarem os maridos na lavoura. Também não há nenhum tipo de organização formal da produção artesanal.

Em grande parte das localidades esta atividade ainda é vista socialmente como uma espécie de passatempo das mulheres, praticado no tempo livre entre os inúmeros afazeres domésticos cotidianos, e não como uma possibilidade real de geração de renda.

Percebe-se que apesar dos fortes laços culturais e comunitários que identificam as comunidades da região, a organização social é ainda incipiente, fragmentada e restrita a pequenos núcleos um pouco mais politizados. Esta característica se intensifica ainda mais quando trata-se da organização social entorno do extrativismo do buriti, o que dificulta a formação de representatividades, repercute negativamente no poder de negociação coletivo e reforça a dependência aos atravessadores e auxílios de governo.

Além deste, inúmeros outros fatores, como baixa auto-estima, pouca profissionalização na atividade, deficiências na qualidade do produto e dificuldades de escoamento da produção reforçam os ciclos de dependência, contribuindo para que o artesanato seja extremamente desvalorizado dentro das comunidades e pelas próprias artesãs.

Nos anos de 2005 e 2006 a partir de iniciativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria do Estado de Turismo e da Prefeitura Municipal de Paulino Neves, as artesãs da sede do município receberam treinamento de aperfeiçoamento do artesanato e de associativismo, o que culminou na criação de uma cooperativa de artesãs. Esta cooperativa é formada exclusivamente por mulheres moradoras da sede do município, que trabalham principalmente com a produção final, como bolsas, sacolas, entre outros. A articulação destas com as artesãs do interior é praticamente inexistente e não há iniciativas concretas de aumentar o diálogo, a cooperação e mudar as relações presentes entre estas duas instâncias produtivas. Da mesma maneira não há nenhuma preocupação em buscar adquirir matérias-primas de origem sócio-ambientalmente sustentáveis.

A demanda por produtos artesanais na região dos Lençóis Maranhenses têm aumentado significativamente, estando relacionada principalmente com dois aspectos: o aumento da demanda por artesanato na região pelos turistas que a visitam e o aumento do interesse por este tipo de produto nos grandes centros urbanos do país.

A atividade turística concentra-se principalmente no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o seu entorno (no município vizinho de Barreirinhas) e, em menor escala, no município de Paulino Neves - cuja região é conhecida como Pequenos Lençóis, onde a visita concentra-se na sede municipal.

Estes novos e emergentes mercados trazem como efeito o aumento da demanda pelos produtos artesanais e conseqüentemente, maior pressão sobre os recursos naturais que são fonte de matéria-prima. Os impactos disso já podem ser percebidos em inúmeros locais de visível depauperação na qualidade dos buritizais, na diminuição da capacidade reprodutiva e na morte de muitas palmeiras.

A sobre-exploração dos buritizais é causada também pela venda de “olhos” de buriti *in natura* e de linho não beneficiado para outros municípios da região, para São Luís e até mesmo para outros estados, sendo esta uma alternativa imediatista da população local que demonstra a baixa valorização da atividade na região³.

Os efeitos da degradação dos buritizais foram amplamente verificado nos estudos prévios realizados pela ONG PIVOT, onde se identificou em todo o município inúmeros leitos de riachos secos e em que corre água apenas durante o auge da estação chuvosa. Segundo o relato dos moradores mais antigos isto não acontecia até poucos anos atrás, quando a quantidade e a qualidade dos buritizeiros nas matas ciliares eram maiores (SARAIVA *et al*, 2006; FERNANDES-PINTO & SARAIVA, 2006d e 2006e).

Economia Solidária – uma alternativa para o desenvolvimento local?

As origens do que se chama de economia solidária reportam ao século XIX. De acordo com SINGER (2000) este movimento foi idealizado por teóricos considerados “socialistas utópicos” - como Robert Owen e Charles Fourier - que conceberam modelos de comunidades cooperativas denominadas de “Falanstérios”. Ainda no século XIX a situação do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção (FILHO, 2002; GAIGER, 2003; MATOS, 2006; SINGER, 2004).

Desde então as iniciativas de *economia social* sempre estiveram presentes. Durante as décadas de 1980 e 1990, aparecem várias denominações e diferentes abordagens como Economia Solidária, Economia Popular Solidária, Socioeconomia Solidária, Economia da Solidariedade, Economia Social, Economia da Proximidade, Economia de Comunhão, Humanoeconomia, Colaboração Solidária, entre outros termos. Apesar da diversidade de termos, tem-se em comum a introdução de valores éticos e solidários em torno do termo Economia (FREITAS, 2004 e FILHO, 2002).

Alguns autores consideram que o ressurgimento desta temática nos mais diversos países se deu sob impulso da “crise do capitalismo” e do trabalho, a partir da década de 1970, que contribuiu para a busca de alternativas econômicas no mercado de trabalho informal de forma coletiva (FILHO, 2002 e SINGER, 2000). A sua existência é explicada principalmente pelos fracassos do mercado quanto a redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas das classes mais desfavorecidas (LAVILLE, 2000 *apud* FILHO, 2002)

A crise do capitalismo entra no seu período de ápice em meados da década de 1970, com a decadência do Estado de Bem-Estar Social⁴ e surgimento do modelo *neoliberal* (SINGER, 1998; PEREIRA, 2006). Os resultados sociais esperados com o neoliberalismo são perversos e deliberadamente aceitos pelos seus defensores com os argumentos (econômicos) que os gastos governamentais com políticas sociais são nefastos para a economia; que a regulação do mercado é

negativa, pois cerceia o direito da livre concorrência; e que a proteção social pública é perniciosa para o desenvolvimento econômico. Desta maneira, a criação de sociedades marcadamente desiguais e duais são vistas por seus defensores como um fator positivo, pois propiciam a emancipação do cidadão da tutela estatal e incentivam a participação popular social e política (PEREIRA, 2006).

No capitalismo moderno, as políticas de desenvolvimento são fundamentadas no crescimento da economia através da superprodução e pouco se leva em conta aspectos sociais e ambientais. As bases morais e éticas do consumo são esquecidas e somos (sociedade) direcionados por forças externas que nós não controlamos, apenas conformamos (NEF, 1989).

As doutrinas capitalista e tecnicista fundamentam nos seus próprios paradigmas, a solução para os problemas por elas criados e recriados. A alta produtividade, o desenvolvimento tecnológico acelerado e o consumo exacerbado são reconhecidamente insustentáveis para o meio ambiente e também desencadeadores de uma série de problemas socioambientais. A exclusão social, o desemprego, o esgotamento dos recursos naturais, a extinção de espécies e de culturas humanas e a deterioração da qualidade de vida são conseqüências deste modelo hegemônico. Apesar de gritante paradoxo, estes são os pilares de sustentação da maioria das sociedades modernas e que identificam a si mesmos como os guias que levarão a humanidade ao desenvolvimento.

A economia capitalista fundamentada no individualismo metodológico nega a solidariedade coletiva como base das relações sociais (MATOS, 2006). Segundo CAPRA (2002), este mesmo capitalismo também coloca em risco e destrói inúmeras comunidades locais pelo mundo, violando o caráter sagrado da vida, transformando diversidade em monocultura, ecologia em engenharia e a própria vida em mercadoria.

A Economia Solidária emerge neste contexto como a antítese da economia capitalista, propondo um outro modo de organização e produção que tem como cerne a humanização dos processos produtivos, o resgate dos valores solidários, a cooperação, a reciprocidade e a partilha, a democracia, o respeito, a transparência e a auto-gestão, na busca da construção de uma nova realidade (FILHO, 2002; SINGER, 2000 e 2004; GAIGER, 2003)

Dentre as estratégias desenvolvidas segundo os preceitos da Economia Solidária surgem as empresas autogestionárias (empresas que estavam em processo de falência e passam a ser geridas pelos próprios trabalhadores), as cooperativas de trabalho, os clubes de troca, os bancos do povo, as redes de cooperação, as associações e outros grupos produtivos.

A construção conjunta da oferta e da demanda, vinculadas às necessidades reais vividas pelas populações locais são elementos intrínsecos da ideologia da Economia Solidária. O aspecto mercantil não é descartado, e sim hibridizado com outras formas da economia, valorizando as interações não-mercantis e não-monetárias, onde os benefícios sociais fruto do seu desenvolvimento são também computados como ativos desta economia (FILHO, 2002).

A auto-gestão ou gestão descentralizada são também aspectos do caráter redistributivista da Economia Solidária, criando também um cenário onde as

hierarquias tendem a desaparecer e os aspectos democráticos, a prosperarem, gerando internamente um sentimento de dependência mútua (MATOS, 2006)

Os retornos da auto-gestão e descentralização não são apenas econômicos, mas também ecológicos, sociais, políticos e territoriais. Segundo GODOY (2006) diversos autores apresentam estudos em que as comunidades souberam administrar seus bens comuns de maneira durável, compartilhando a gestão com grupos de atores locais e Organizações Não-Governamentais.

Além disso, a descentralização da gestão traz um aspecto positivo que é a divisão mais equitativa e freqüentemente mais sustentável do uso dos recursos naturais, onde decisões são tomadas localmente por aqueles que farão o uso dos mesmos, contribuindo para monitorar, fiscalizar e implementar políticas públicas conservacionistas (GODOY, 2006).

A busca simultânea pela sustentabilidade social, cultural, ecológica, territorial e econômica presente nos conceitos da Economia Solidária são, desta maneira, inteiramente sinérgicas com os cinco pilares do desenvolvimento sustentável propostos por Ignacy Sachs – a sociedade, o meio ambiente, o território, a economia e a política (SACHS, 2004) – e com os princípios da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) e da Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, compactuada pelos governos mundiais em 2002 na África do Sul (MMA, 2007).

Entretanto, apesar de todos os benefícios que a Economia Solidária e outras alternativas ao atual regime econômico podem trazer para a sociedade em geral, aparentemente a sua capacidade de insurgência é limitada e subordinada. Muitas das concepções dominantes historicamente têm atrelado a noção de Economia Solidária a uma “economia dos pobres”, de caráter subordinado e destituída de poder transformador (FILHO, 2002).

Um dos grandes pensadores da Economia Solidária no Brasil - Paul Singer - afirma que, “qualquer regime alternativo ao neoliberalismo só terá êxito quando for assumido pelo governo federal, através de um regime político, fiscal e monetário com o Estado como coordenador e árbitro do processo de democratização” (SINGER, 2000). Outros autores reforçam que, além de ações do poder público, são necessárias intervenções por meio de cooperações internacionais e da sociedade civil, em prol da sua viabilidade econômica deste modelo (CARVALHO, 2007 e TAUILE, 2007).

Apesar das críticas e do baixo incentivo que a Economia Solidária recebe no Brasil, é possível encontrar bons exemplos de iniciativas desta natureza, a maioria delas muito recentes e com pouco apoio efetivo dos governos⁵ (SINGER, 2000). As cooperativas - que são uma forma comum de organização presente nas redes de comércio solidário - são responsáveis no Brasil por 6% do produto interno bruto e pelo emprego de 1,5 milhão de pessoas, superando 17 bilhões de reais em salários (MATOS, 2006). A Economia Solidária na organização do trabalho é, portanto, o reconhecimento da possibilidade de que há outros meios de sustentação das sociedades, não centradas no Estado e nem no mercado (FILHO, 2002).

Economia Solidária, Extrativismo e Conservação Socioambiental – um caminho possível

O Brasil é considerado um país megadiverso pela sua importância no cenário mundial quanto à diversidade biológica. Mas, além disso, é também um dos países que apresentam a maior diversidade cultural ou sociodiversidade. Além das populações indígenas - que constituem mais de 200 etnias (FUNAI, 2007), pesquisas recentes já identificaram 30 povos ou comunidades tradicionais não-indígenas, num contingente de mais de 5 milhões de pessoas (ALMEIDA, 2004). Esta pluralidade cultural representa também uma grande diversidade de formas de interação com os ambientes naturais, refletida em diferentes formas de usos dos recursos naturais, de manejo e de ocupação territorial, além de um amplo e aprofundado conhecimento tradicional (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

A conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais é uma preocupação crescente em todo o mundo. Já se reconhece nos dias atuais a possibilidade e as vantagens de se aliar conservação ambiental e o uso sustentável da biodiversidade e a importância dos povos e comunidades tradicionais neste sentido, particularmente das que tem o extrativismo como base de sua subsistência e reprodução sócio-cultural. (podemos deixar como frase nossa ou colocar várias citações).

Entretanto, é destacada a necessidade de inserção dos produtos daí resultantes em mercados locais e globais promovendo benefícios reais para as comunidades que conhecem, guardam e manejam esta biodiversidade (MEDAETS *et al.*, 2007)

É crescente, na economia brasileira, a diversidade e importância de arranjos sócio-produtivos que estão se desenvolvendo a partir de produtos da agrobiodiversidade nativa. Apesar da carência de estatísticas oficiais, dados do IBGE sobre produtos de extração vegetal e silvicultura apontam um aumento da produção e diversificação das espécies utilizadas (IBGE, 2005). Segundo MEDAETS *et al.* (2007), constata-se no Brasil nos últimos 10 anos uma introdução massiva de novos produtos da agrobiodiversidade nativa nos sistemas agroflorestais, nas indústrias da saúde e de cosméticos e no artesanato.

Ocorre em nível mundial uma combinação de elementos – como a busca por conhecer novos alimentos; a tendência à diversificação alimentar; a procura por produtos e alimentos naturais e culturais e a sensibilização de diferentes segmentos da sociedade civil – que resultam na elevação do valor de troca atribuído aos produtos da agrobiodiversidade, em um mercado crescente e que abre espaço para produtos diferenciados (MEDAETS *et al.*, 2007).

As desigualdades do mercado, entretanto, geram necessidade de intervenções e políticas públicas adequadas que favoreçam estes processos. Grande parte destes produtos tem seu processo produtivo inicial baseado no extrativismo ou no agroextrativismo, onde a produção é quase integralmente familiar e desorganizada do ponto de vista da economia de escala. Mas, ao se atingir um determinado nível de demanda, os produtos tornam-se atraentes para empreendedores externos à unidade de produção familiar e pode desencadear-se a estruturação de um conjunto de arranjos diferenciados. Muitas vezes estes “elementos externos” é que passam a coordenar os custos das transações e os canais de distribuição e a competir entre si no mercado, além de investir nas etapas finais de transformação dos produtos primários em derivados, apropriando-se dos

valores agregados mais expressivos. Este modelo de pressão econômica muitas vezes pode levar a um desequilíbrio causado pela exploração acima da capacidade suporte das espécies e dos ecossistemas e tende também a afetar os vínculos e a estrutura organizacional das comunidades locais de onde se originam os produtos (MEDAETS *et al.*, 2007).

Sendo a Economia Solidária uma proposta de mudança no conjunto de valores que regem os mercados convencionais e podendo a mesma ser adaptada a variadas situações, tanto no meio urbano quanto rural, considera-se que este sistema pode potencialmente promover uma melhora significativa na qualidade de vida de populações rurais, em especial de comunidades extrativistas.

Entretanto, fazer com que populações acostumadas com práticas assistencialistas e paliativas sejam protagonistas de um processo de desenvolvimento local numa perspectiva transformadora é um dos grandes desafios a serem enfrentados por inúmeros empreendimentos de Economia Solidária.

É necessário propiciar uma ampla e profunda re-significação das relações sociais e na educação, com a construção e implementação de novas ferramentas de intervenção e gestão de caráter participativo, com ação ativa dos sujeitos envolvidos, não apenas nas fases de diagnóstico, mas em todas as etapas de planejamento, execução e repartição dos benefícios gerados.

JESUS (2005) ressalta que o diferencial do planejamento participativo não está nas técnicas empregadas, mas na efetiva participação popular e que se pode trabalhar com uma infinidade de técnicas que serão todas em vão se não alcançarem o objetivo de “fazer aflorar o sujeito”.

A complexidade da organização da atividade extrativista, também aumenta a necessidade da organização social e da participação política das comunidades para a sustentabilidade econômica e socioambiental da atividade extrativista e a necessidade de aprofundamento nas ações relativas ao manejo de ecossistemas (CARVALHO, 2007).

MATOS (2006) coloca que as dificuldades associativistas na sociedade brasileira - e em especial dos segmentos sociais mais excluídos do atual modelo econômico – também representam uma fragilidade que precisa ser superada para viabilizar projetos de Economia Solidária. Este autor alerta ainda para o perigo de colocar o foco das motivações associativas numa lógica utilitarista dos recursos naturais, o que levaria a um paradoxo que compromete a própria ação coletiva.

No Brasil existem alguns bons exemplos de situações em que se busca conciliar uma integração entre Economia Solidária, extrativismo, conservação ambiental e sociodiversidade; onde o extrativismo de produtos da natureza promovem meios de vida sustentável para populações locais, com geração de renda e qualidade de vida em consonância com a conservação dos recursos naturais.

São projetos que valorizam a diversidade de espécies alimentícias nativas - como a fábrica de polpa de frutas “Frutasã” no cerrado do Maranhão e Tocantins (que estabelece uma cooperação entre indígenas Timbira e pequenos agricultores locais e cujos lucros se destinam a dar suporte a ações e objetivos sociais das comunidades), a Cooperativa Grande Sertão (CGS), no norte de Minas Gerais (que

envolve 1556 famílias de 148 comunidades pertencentes a 21 municípios na compra, beneficiamento e comercialização de espécies de frutos do Cerrado) e a atividade artesanal do capim-dourado na região do Jalapão, estado do Tocantins.

Segundo CARVALHO (2007), uma vez que o extrativismo passa a ser fonte de um valor financeiro, a população local passa a valorizar mais estas espécies e a atuar como guardiões das suas áreas de coleta. Neste sentido, diversos autores reforçam a necessidade de projetos de extrativismo desenvolverem ações relativas ao manejo e/ou recuperação de ecossistemas, desenvolvidos com ampla participação comunitária e com base nos conhecimentos locais para prevenir conflitos sociais e potencializar a adesão dos comunitários (BENNETT, 2002; FERNANDES-PINTO & SARAIVA, 2006; CARVALHO, 2007; GUILLÉN, 2002).

A questão de crédito é também ressaltada como essencial para o sucesso dos empreendimentos. TAUILE (2002) afirma que a questão do crédito para os empreendimentos de Economia Solidária é mais ampla do que parece a primeira vista. O autor coloca como um fator decisivo para o sucesso das iniciativas de auto-gestão a criação de mecanismos alternativos, que saiam da “lógica fria do mercado financeiro”.

Neste sentido, CARVALHO & SILVEIRA-JÚNIOR (2005) – ao analisarem o empreendimento solidário FRUTASÃ – destacam que financiamentos a fundo perdido são necessários, especialmente nos momentos iniciais de projetos que gerem benefícios socioambientais e que esta necessidade pode ser diminuída a um nível baixo à medida que o empreendimento atinja seu ponto de equilíbrio, mas dificilmente poderão ser completamente extintos. Estes autores defendem, ainda, que a lucratividade esperada dos empreendimentos regidos pela lógica da Economia Solidária não deve ser a mesma de um empreendimento privado, pois devem-se levar em conta os benefícios sociais, culturais e ambientais que constituem os principais “retornos” dos investimentos.

Analisando-se alguns empreendimentos de Economia Solidária baseados em produtos extrativistas nativos (GUILLÉN, 2002; CARVALHO, 2007; CARVALHO & SILVEIRA-JÚNIOR, 2005; MEDAETS et al., 2007; SCHMIDT, 2007), avalia-se que muitos deles trazem características intrínsecas que se tornam entraves para sua viabilidade, seja econômica, social, territorial ou ambiental.

Os empreendimentos analisados, especialmente aqueles que trabalham com processamento de alimentos, em geral necessitam de infra-estrutura básica local adequada (como serviço de energia elétrica, abastecimento de água e rede de transporte), investimentos iniciais relativamente altos (para capacitações técnicas específicas, construção de galpões, aquisição de equipamentos para processamento, câmaras frias, entre outros). Nestes empreendimentos os custos operacionais tendem a ser elevados (havendo gastos com energia, transporte especializado e outros) e o valor agregado final dos produtos, baixo. Em alguns casos, também exigências fito-sanitárias – como as dos serviços de inspeção federal e estaduais - SIF ou SIE, podem ser fatores complicadores ou impeditivos para este tipo de empreendimento.

Além disto, empreendimentos extrativistas que trabalham com coleta de frutos nativos geralmente estão altamente sujeitos à sazonalidade da safra e,

conseqüentemente, da própria produção. Não obstante, é comum comunidades extrativistas estarem situadas em áreas de conflitos por uso e posse de terras, o que freqüentemente impede ou dificulta estas comunidades de acessarem os recursos extrativistas (MAY, 1990; GUILLÉN, 2002; SCHMIDT, 2007).

O artesanato do linho do buriti produzido na região dos Lençóis Maranhenses e mais especificamente no Município de Paulino Neves – analisado à luz de outros empreendimentos de Economia Solidária baseados em produtos extrativistas – apresenta uma série de diferenciais, não enfrentando diversos dos principais entraves destacados nos empreendimentos dos estudos de caso.

Dentre os principais diferenciais, podemos destacar que a confecção do artesanato local não depende de infra-estrutura básica e não necessita obrigatoriamente de uma unidade centralizadora, uma vez que todas as etapas são manuais e podem ser feitas nas próprias residências. Os investimentos iniciais são baixos, restritos apenas a equipamentos construídos a partir de matérias-primas naturais encontradas na região, à aquisição de máquinas de costura e outros pequenos insumos de baixo custo, além do aprendizado pessoal, que é repassado pela comunidade. Os custos operacionais também são mínimos. Mesmo considerando-se a expansão da cooperativa e a manutenção da mesma, os investimentos iniciais são baixos e os subsídios necessários neste caso são poucos.

O artesanato do linho do buriti é um produto de valor agregado potencialmente bastante alto, que não necessita de cuidados especiais para armazenamento e transporte, além de ser muito leve. Sendo um produto de origem vegetal não-alimentício e não-perecível está também isento de regulação pelos selos e barreiras fito-sanitárias. Também não necessita de autorização para transporte de produtos florestais.

Finalmente, a produção de “olhos” de buriti é constante todo o ano e não depende de safras, eliminando o problema da sazonalidade tão presente em outras produções extrativistas.

Em Paulino Neves existem relativamente poucos conflitos fundiários, uma vez que todas as terras do município são demarcadas e registradas, em sua grande maioria pertencentes às associações de comunidades ou de pequenos produtores rurais. As situações fundiárias regularizadas, aliadas à baixa densidade demográfica, ao isolamento geográfico e à aridez do solo, têm garantido a conservação das áreas naturais e evitado a introdução de monoculturas que avançam de modo desenfreado em outras regiões do estado do Maranhão, contribuindo assim para a garantia da oferta de disponibilidade de matéria-prima e segurança no empreendimento. A Reserva Extrativista federal que se encontra em processo de criação na região tem também como um de seus objetivos principais a preservação dos buritizais e do modo de vida tradicional que se criou em função deste recurso.

O extrativismo do “olho” da palmeira buriti, se manejado adequadamente, não compromete o recrutamento da espécie, uma vez que a produção dos frutos não é afetada pela atividade. Entretanto, cabe destacar que o incremento da atividade artesanal deve necessariamente vir atrelado ao desenvolvimento de mecanismos de controle e regulação da atividade extrativista, com a implantação de medidas para garantir a formação de novas folhas, impedindo a sobre-exploração dos buritizais. O

aspecto do manejo associado à inserção de valores ambientais na rede do artesanato local e a promoção da organização social comunitária podem ser considerados os principais desafios para implementação de um projeto de Economia Solidária em Paulino Neves e em toda região dos Lençóis Maranhenses.

O artesanato do linho do buriti já é conhecido e comercializado em diversas regiões do Brasil, havendo um mercado em expansão e ainda bastante ávido pelos produtos regionais. O mercado exterior, principalmente o Europeu, é também uma possibilidade bastante promissora e plausível. Atualmente os Correios oferecem condições para empresas e pessoas físicas (artesãos, agricultores, etc.) exportarem seus produtos com facilidade e poucas burocracias. Entretanto, identificar e estabelecer parcerias com mercados diferenciados e inseridos em redes de comercialização solidária, além de conseguir oferecer qualidade, segurança e estabilidade na produção são também alguns dos grandes desafios do artesanato dos Lençóis Maranhenses.

4. Conclusões

Considera-se que há uma enorme contradição na situação atual do Município de Paulino Neves e na região dos Lençóis Maranhenses como um todo - uma região formada por riquezas e potenciais naturais extraordinários, com uma população culturalmente rica, diversificada e com acesso à terra, porém detentora dos piores resultados nos índices sociais e de desenvolvimento humano do país.

O artesanato da fibra do buriti é uma atividade singular e com alto potencial para contribuir com o bom desenvolvimento regional, por conjugar aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais, políticos, de relações de gênero, entre outros. Entretanto, o quadro atual revela uma situação de desvalorização da atividade e de exploração das artesãs por um comércio injusto e marcado por desigualdades, além de estar gerando impactos e ameaças ambientais em inúmeros locais.

Para reverter o quadro atualmente vigente nos povoados de Paulino Neves é necessário empreender uma série de ações sociais e ambientais articuladas conjuntamente, que visem melhorar as condições de vida da população através de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento do potencial local, com base em critérios socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Neste sentido o município apresenta elementos humanos, ecológicos, culturais, institucionais e políticos com alto potencial para implementação de propostas alternativas de desenvolvimento e geração de renda baseados nos princípios da Economia Solidária. O artesanato do extrativismo da fibra do buriti emerge a atividade que apresenta maior potencial neste sentido, uma vez que conjuga o conjunto de elementos necessários já destacados.

Neste sentido, desde 2006 a ONG Pivot tem trabalhado em duas comunidades rurais do município, na construção e implementação participativa do “Projeto Olho Vivo”, promovendo ações para estimular a organização do grupo de artesãs locais e a qualificação da produção artesanal, além de construir uma proposta de manejo sustentável dos buritizais. Percebe-se no momento atual do projeto que é necessário aumentar a articulação entre todas as artesãs do município - da sede e do interior - promovendo espaços de diálogos e fortalecendo os laços que já existem naturalmente, mas que não são aproveitados neste sentido.

No contexto local a mobilização e organização social mostram-se como *peças-chave* a serem estimuladas para promover o desenvolvimento local. Estes dois elementos devem se complementar para a abertura de canais de diálogo estabelecidos de forma horizontal, com comprometimento e respeito mútuo entre as artesãs do interior - que são as reais detentoras dos recursos naturais, das fontes de matérias primas e dos produtos-base (tapetes e mamucabos) - e as artesãs da sede - que detêm o conhecimento técnico da manufatura dos produtos finais, maior domínio das fases finais da produção e que têm maior facilidade de acessar o mercado consumidor.

Aplicando-se os preceitos da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável dentro desta proposta, percebe-se que é fundamental que se mantenha a separação entre estes dois elos da rede, mantendo-se espaço para o respeito e a valorização da diversidade cultural.

Na busca por melhores condições de mercado, não se pode esperar, por exemplo, que as artesãs do interior saiam do seu meio para comercializar e negociar produtos, se distanciando assim de suas raízes e cultura. A característica descentralizada da produção proposta oferece condições para a permanência das artesãs em suas casas - seja na sede ou interior - permitindo que elas continuem a desempenhar seus afazeres diários e contribuindo para a manutenção dos laços familiares, cotidianos e comunitários.

Um pequeno aumento monetário na renda destas famílias pode representar percentualmente uma mudança significativa no orçamento doméstico, uma vez que a média da região é de menos de um salário mínimo por mês. Além disso o fato desta renda se concentrar especificamente nas mãos das mulheres pode aumentar a possibilidade de que ela seja bem aproveitada e investida na qualidade de vida da família.

Um dos grandes desafios do projeto está em estabelecer critérios para que a divisão dos lucros e da contagem dos dividendos seja feita de modo justo e solidário. O entendimento do que são critérios justos e solidários perpassam por todos os aspectos discutidos neste texto, abordando os campos simbólicos da valorização dos bens não-mercantis e não-monetários, especialmente os valores culturais e dos recursos naturais, que devem necessariamente ser computados como ativos desta rede de Economia Solidária e que podem se tornar o grande diferencial deste empreendimento.

Emergem ainda como ações prioritárias desta proposta a execução de estudos que, promovendo um diálogo entre os saberes tradicionais/locais e os científicos, estabeleçam os limites do potencial e da sustentabilidade do extrativismo do buriti. Articular também uma maior intervenção do poder público local, no sentido de reconhecimento deste segmento social de grande importância regional e no estabelecimento de marcos legais que protejam e preservem a cultura do artesanato e os buritizais no município, principalmente evitando a evasão de olhos *in-natura*.

Como os demais municípios que compõem o território dos Lençóis Maranhenses apresentam condições similares a Paulino Neves em relação à situação ecológica, econômica e sócio-cultural existe uma importante oportunidade

para que os resultados deste trabalho ampliem-se para o desenvolvimento de toda a região, cujo potencial encontra-se ainda latente.

A revalorização do Município de Paulino Neves e da região dos Lençóis Maranhenses, de suas riquezas naturais, históricas e culturais, associadas ao fortalecimento das comunidades rurais representa uma oportunidade ímpar para se inovar e consolidar uma contra-corrente dentro das tendências dominantes do mercado massificado e das sociedades urbano-industriais. Há no Brasil experiências bem sucedidas de Economia Solidária que permitem crer na real possibilidade de uma mudança e uma nova economia baseada no interesse, no respeito e no estímulo à diversidade social e ambiental.

A complexidade de se aliar os preceitos da Economia Solidária com as particularidades e a não-linearidade da produção agroextrativista dos Lençóis Maranhenses pode levar à estruturação de redes sociais que agreguem valores das dimensões culturais, sociais, ambientais e históricas, dando margem a uma reflexão e resignificação da própria epistemologia do Desenvolvimento Sustentável na região.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol 6. ANPUR, 2004
- AMORIM, R. S. & BEAUGRAND, E. B. M. T. A construção e/ou resgate da cidadania nos empreendimentos de Economia Solidária: o caso do Dendê – Fortaleza – Ceará. In: **Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária - Relatos de Experiências**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/maio/2007.
- BENNETT, B. C. Forest Products and Traditional People: Economic, Biological and Cultural Considerations, **Natural Resource Forum**, v. 29, p. 293-301, 2002.
- CARVALHO, I. S. H. & SILVEIRA-JÚNIOR, O. Uma análise do empreendimento FRUTASÃ (Carolina-MA, Brasil) à luz da Economia Solidária. In: **Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária - Relatos de Experiências**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/maio/2007.
- CARVALHO, I. S. **Potenciais e Limitações do Uso Sustentável da Biodiversidade do Cerrado**: um estudo de caso da cooperativa Grande Sertão, no Norte de Minas. 2007. p.165, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- DAMASCENA, J. S.; SILVA, R. M & MATA, C. S. Relatório de Diagnóstico Participativo: COOPERCANÇÃO, um estudo de caso. In: **Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária - Relatos de Experiências**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/maio/2007.
- DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. MMA – Ministério do Meio Ambiente e NUPAUB/USP – Núcleo de

- Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. Brasília/DF, 2001.
- FERNANDES-PINTO, E. **Conhecimento local, manejo e conservação de buritizais na região dos Lençóis Maranhenses - uma abordagem etnoecológica**. Relatório técnico, IBAMA e SEBRAE, Barreirinhas/MA, 2006.
- FERNANDES-PINTO, E. & SARAIVA, N. Etnozoologia e utilização da mastofauna silvestre em uma região do semi-árido Maranhense – Município de Paulino Neves/MA. **VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina**: Resumos, Ilhéus, 2006a.
- FERNANDES-PINTO, E. & SARAIVA, N. Caça de subsistência e conservação da fauna silvestre em uma região do semi-árido Maranhense – Município de Paulino Neves, **VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina**: Resumos, Ilhéus, 2006b.
- FERNANDES-PINTO, E. & SARAIVA, N. Fauna silvestre associada a buritizais – etnoecologia e conservação em uma região do semi-árido Maranhense, **VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina**: Resumos, Ilhéus, 2006c.
- FERNANDES-PINTO, E. & SARAIVA, N. Atividade pesqueira e conservação no Lago da Taboa - região do semi-árido Maranhense. **VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina**: Resumos, Ilhéus, 2006d.
- FERNANDES-PINTO, E. & SARAIVA, N. Percepção de moradores locais sobre recursos hídricos e conservação em uma região do semi-árido maranhense – abordagem etnoecológica. **VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**: Resumos, Porto Alegre/RS, 2006e.
- FERREIRA, L. R. M.; ALVES, J. C. M. & FERREIRA, V. M.; O projeto Maria de Barro: construindo uma rede sócio econômica, ambiental, histórica e cultural. In: **Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária - Relatos de Experiências**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/maio/2007.
- FILHO, G. C. F. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI. v.1, n.1, p.9-19. 2002.
- GUILLÉN, A. Summaries of the Field-testing Results in México, Bolivia and Brazil. In: Shanley *et al.* (Ed), **Tapping the Green Market**: certification and management of the non-timber forest products. London: Earthscan, 2002, p.28-44.
- JESUS, V. M. B. Do objeto ao aflorar do sujeito: o planejamento participativo no contexto da Economia Solidária. In: Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária - **Relatos de Experiências**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/mai/2007.
- LIMA, T. M.; Construção de solidariedade e as cooperativas das mulheres quebradeiras de coco. In: Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária - **Trabalho na Sociedade Contemporânea**. São Paulo, 2005.

- Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/maio/2007.
- LORENZI, H.; SOUZA, H. M.; COSTA, J. T. M.; CERQUEIRA, L. S. C. & FERREIRA, E. **Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2004.
- MARANHÃO, Estado do, **Maranhão em Dados 2003**: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Disponível em: <http://www.seplan.ma.gov.br/> Acesso em: 18/maio/2007.
- MATOS, A. G. Organizações Sociais e Economia Solidária. In: **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**. Cadernos do CEAM, Brasília, 2006.
- MAY, P. **Palmeiras em Chamas**: Transformação agrária e justiça social na zona do babaçu, São Luis: Emapa/Finep, p. 328, 1990.
- MEDAETS, J. P.; GREENHALGH, A. A.; LIMA, A. C. M. & SOUZA, D. F. **Agricultura familiar e uso sustentável da agrobiodiversidade nativa**. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Programa de Biodiversidade Brasil-Itália, Brasília/DF, 2007.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil**, Brasília: MMA, 2004.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Mapa das Áreas Prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira – 2006**, Disponível em: www.mma.gov.br, Acesso em: 15/maio/2007.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**, Disponível em: www.mma.gov.br, Acesso em: 18/maio/2007.
- NEF, J. Technology is About People: Some Basic Perspectives and Definitions. In: Nef, J. *et al* (eds): **Ethics and Technology**. Wall & Thompson. Toronto, p.3-10, 1989.
- PEREIRA, P. Estado, Regulação Social e Controle democrático: Destaque à Ofensiva Neoliberal. **Texto básico para o curso de Políticas Sociais e desenvolvimento Urbano**. UnB. Brasília, 2006.
- SARAIVA, N. A., FERNANDES-PINTO, E., SCALICE, F. Y. **Relatório da 1ª Expedição de Reconhecimento Sócioambiental de Paulino Neves**. Prefeitura Municipal de Paulino Neves, MA, 2006, *No Prelo*.
- SARAIVA, N & FERNANDES-PINTO, E. Interações entre a fauna silvestre e as atividades produtivas em uma região do semi-árido Maranhense. **VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina**: Resumos, Ilhéus, 2006.
- SAWYER, D.; SCARDUA, F., PINHEIRO, L. Extrativismo vegetal no Cerrado: análise de dados de produção, 1980-1993. Brasília: ISPN/CMBBC. 9p., 1999.

- SINGER, P. **Uma Utopia Militante**: Repensando o Socialismo, Petrópolis: Vozes, p.182, 1998.
- SINGER, P. O Brasil no limiar do Terceiro Milênio. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 247-259, 2000.
- SINGER, P. A. Economia Solidária no Governo Federal, **Mercado de Trabalho – conjuntura e análise**, IPEA, v. 24, ago 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/bcmt.html>. Acesso em: 10/maio/2007.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 07-22, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 May 2007.
- SCHMIDT, I. B., FIGUEIREDO, I. B.; SAMPAIO, M. B. (Orgs.). **Capim dourado e buriti**: práticas para garantir a sustentabilidade do artesanato. Brasília: PEQUI – Pesquisa e Conservação no Cerrado. 32p. ISPN-CER, 2007.
- TONICELO, R. H. S.; ANTUNES, D. L. & SIMÕES, M. B. A.; 2005. Economia Solidária e Design Integral: uma experiência com artesãos do cipó imbé de Garuva (SC, Brasil). In: **Anais do III Encontro internacional de Economia Solidária** - Relatos de Experiências. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol>. Acesso em: 15/mai/2007.

¹ De acordo com informações do Selo Unicef (2004), as condições de vida no semi-árido brasileiro configuram um cenário em que em 95% dos municípios a taxa de mortalidade infantil é superior à média nacional; cerca de 75% das crianças e dos adolescentes vivem em famílias com renda menor que meio salário mínimo; uma em cada seis crianças trabalha e mais de 390 mil adolescentes são analfabetos.

² FERNANDES-PINTO (2006) levantou 16 categorias de uso da palmeira buriti no município de Barreirinhas, vizinho à Paulino Neves.

³ Nesta situação, um olho de buriti – que geraria matéria-prima suficiente para a produção de vários produtos - é vendido por cerca de R\$ 0,50.

⁴ Estado de Bem-estar Social **ou Welfare State** é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (país) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Os defensores do neoliberalismo são grandes críticos desta forma de política de Estado e alegam que o protecionismo estatal foi o grande responsável pela crise econômica iniciada nos fins dos anos 70 e pregam valores semelhantes ao antigo liberalismo burguês do século XIX, de desregulamentação e liberdade.

⁵ Em 2004 foi criado a Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e trata-se de uma iniciativa governamental para tentar reverter este quadro.